

UMA METODOLOGIA DA PRÁTICA DO CAMINHAR |
LAÍS DA SILVA RODRIGUES E EVANDRO FIORIN

UMA METODOLOGIA DA PRÁTICA DO CAMINHAR

A methodology of walking practice

Una metodología de la práctica de la caminata

Laís da Silva Rodrigues* e Evandro Fiorin** [UNESP, Brasil]

<https://doi.org/10.22409/poiesis.v24i41.56006>

Resumo

Este trabalho busca construir um percurso para auxiliar em investigações urbanas que sejam balizadas pela prática do caminhar. Traça relações com a filosofia, arte, estética, teorias sobre imagem e paisagem urbana, até chegar ao situacionismo e as tentativas de sua atualização. Tem seu enfoque na defesa do método da cartografia, como um processo que ajuda a construir uma metodologia mais aberta de leitura e interpretação da cidade e seus meandros. Assim, tem o objetivo de demonstrar, como é importante habitar o lugar da pesquisa, mesmo que o nomadismo seja o seu caminho, visando alguma mudança no rumo da cidade que se esboça.

Palavras-chave: Deriva. Prática do Caminhar. Cartografia.

* Laís da Silva Rodrigues, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faac - Unesp/Bauru, Arquiteta pela Universidade Paulista - Unip/Bauru, docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Unilins/Lins. E-mail: laissrodrigues@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5021449091062609>.

** Prof. Dr. Evandro Fiorin é Doutor em Arquitetura e Urbanismo FAU-USP Professor dos Programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Estadual Paulista, em São Paulo, no Brasil. Atualmente é Investigador na Universidad de Sevilla, na Espanha. E-mail: evandrofiorin@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5599203800231511>.

Abstract

This paper seeks to build a route to assist in urban considerations that are guided by the practice of walking. It traces relationships with philosophy, art, aesthetics, theories about image and urban landscape, until reaching Situationism and the attempts to update it. Its approach is the defense of the cartography method, as a process that helps build a more open methodology for reading and interpreting the city and its intricacies. Thus, it aims to demonstrate how important it is to inhabit the place of research, even if nomadism is your path, seeking some change in the direction of the city that is being outlined.

Keywords: Drift. Walking Practice. Cartography.

Resumen

Este artículo busca construir una ruta para ayudar en las consideraciones urbanas que se guían por la práctica de caminar. Traza relaciones con la filosofía, el arte, la estética, las teorías sobre la imagen y el paisaje urbano, hasta llegar al situacionismo y los intentos de actualizarlo. Su enfoque es la defensa del método cartográfico, como proceso que ayuda a construir una metodología más abierta para leer e interpretar la ciudad y sus entresijos. Así, pretende demostrar cuán importante es habitar el lugar de investigación, aunque el nomadismo sea tu camino, buscando algún cambio en el rumbo de la ciudad que se está delineando.

Palabras-clave: Deriva. Práctica de caminar. Cartografía.

Uma metodologia da prática do caminhar

Laís da Silva Rodrigues e Evandro Fiorin

Introdução

Desde suas raízes na filosofia da Grécia antiga, filósofos como Sócrates e Platão consideravam a estética como algo característico à percepção da beleza encontrada na proporção e na harmonia da representação das formas. A beleza era, antes de tudo, objetiva. Entretanto, a teoria da estética iniciou sua trajetória a partir do século XVIII, quando o termo estética foi utilizado, em 1735, pelo filósofo Alexander Baumgarten para designar o conceito de beleza, como resultado da percepção do objeto (NUNES, 2016). Derivado do grego *aisthetiké*, que significa percepção pelos sentidos, a estética passou a ser usada para se referir à crítica da percepção da arte em todas as suas formas de expressão (GOMBRICH, 2015).

Em um contexto mais amplo, a estética, como um campo de estudo da filosofia, passa a estudar os valores sensoriais e perceptivos, ou seja, começa a reconhecer o mundo através dos sentidos humanos. Isso significa que o julgamento passou a ser definido pelo senso crítico formado pelos valores de uma sociedade, onde o capital estético pode angariar o capital financeiro (BARBOSA, 2016). Nesse entendimento, portanto, há sempre uma prerrogativa de poder e política ao decidir sobre o que é belo, o que é bom, funcional ou justo.

Nas palavras de Hegel (2009, p. 36) a “arte não é mais que uma sobrevivência, expressando uma verdade”. Assim, a arte será elevada para um discurso que vai além

da busca pelo belo; metaforicamente, tende a traduzir imagens em palavras, aquelas não pronunciadas; faz sentir o inteligível, através do sensível. Um *corpus* que é mutante, com distintos *modus operandi*, que tem sua utilidade, justamente na sua inutilidade e em valores e juízos relativizados, por esses motivos, há grande dificuldade em delineá-lo.

Desta maneira, de acordo com Kant (2016) a noção de estética não pode ser julgada exclusivamente pelos sentidos, deve-se levar em conta alguns parâmetros impregnados na sociedade. Desta forma, a apreciação estética, comum a um grupo pode ser avaliada pelo olhar, pela percepção e observação, ou, até mesmo, pelo interesse que o assunto possa despertar na sociedade, através do julgamento estético que consiste na transferência de valores do indivíduo para o objeto de contemplação. De certo, esse fator envolve uma série de particularidades, tais como: nível de conhecimento, ambiente social e cultural de origem, estado emocional, faixa etária, entre tantos outros. Mas, fica claro que todas as pessoas possuem uma capacidade natural de sentir a beleza das coisas, antes mesmo de compreendê-las, independentemente do fato de possuírem mais ou menos instrução.

Nesse contexto, assim como a beleza é um conceito cultural, a paisagem urbana que deriva dele, também é resultante da mesma ordem do seu caos

original: a sociedade. Nesse sentido, o belo não é quantificável. Assim, um edifício abandonado pode ser lido por um juízo de valor, de um determinado coletivo, como algo sem qualquer beleza. Do mesmo modo, uma área à margem da cidade, degradada e à mercê do tempo, pode ser considerada, pela nossa valoração estética, como eminentemente bela. Tudo depende da percepção de quem a observa, da forma de investigação que está sendo realizada e da importância que tenha para suscitar uma cultura do espaço.

Contudo, para desvendar o valor estético de uma paisagem é preciso percorrê-la; vivenciá-la; descobri-la em seus meandros. Uma forma de reconhecimento que já estava presente na descrição do *flâneur* da Paris do século XIX, feita por Walter Benjamin. Entretanto, o caminhar como prática foi elevado à categoria de arte pelos movimentos culturais de vanguarda a partir do século XX, que o adotaram como forma de investigação urbana da cidade. Mais especificamente pelo Dadaísmo, que em 14 de abril de 1921 reunia seus membros para a primeira excursão em lugares banais da cidade, com o intuito de dessacralização, ignorando os locais de consagrada exposição artística (RICHTER, 1993). Pouco depois desse ano, os surrealistas faziam o mesmo, deambulando agora, para fora da cidade de Paris, abrindo caminho para muitos outros movimentos estéticos que rumam nessa direção.

De acordo com Nicholson (2010 apud COVERLEY, 2016), caminhar pode ser útil para gerar uma escrita do espaço, registrando memórias por meio dos sentidos. Esse ato pode também encontrar ressonância na teoria de Cullen (1983), quanto à percepção da paisagem pelos sentidos humanos; possibilidades de ativação de um reconhecimento do ambiente urbano. Uma

forma de tradução da sensibilidade visual do indivíduo em um determinado espaço. De acordo com Cullen (1983), o termo paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente falando, o ambiente urbano. Esse conceito de paisagem possibilita algumas análises sequenciais e dinâmicas a partir dessa sensibilidade perceptiva de cada usuário, do impacto visual que as cidades exercem sobre seus habitantes e, principalmente, nos visitantes.

Deste modo, nessa leitura, o caminhar vem se revelar como instrumento estético para os indivíduos que atravessam os espaços, podendo tornar possível uma leitura mais sensível de algumas áreas da cidade e, por conseguinte, produzindo representações das suas experiências urbanas de uma forma mais objetiva. Nesse ínterim, para Kant (1996), a representação objetiva é a forma real das representações empíricas e podemos traduzi-las na simples classificação de prazer ou desprazer, da beleza, a sublimidade que cada objeto desperta no observador, as emoções que estão no homem e não nos lugares, assim como o interesse em julgá-los.

Para distinguir se algo é belo ou não, referimos a representação, não pelo entendimento ao objeto em vista do conhecimento, mas pela faculdade da imaginação (talvez ligada ao entendimento) ao sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer. (KANT, 1995, p. 47).

Diante dessa lógica apresentada aqui, tanto o conceito do juízo de gosto kantiano quanto a noção ligada à percepção visual de Cullen (1983) recorrem à paisagem como uma formadora de emoções que nascem da relação entre o objeto (espaço) e o sujeito perceptivo. No entanto, essas concepções vão aparecer de um outro modo, a partir dos escritos de Debord (1957), principalmente, do ponto de vista de uma perspectiva psicogeográfica.

De origem situacionista, psicogeografia é a geografia afetiva e subjetiva das perambulações urbanas, em uma resposta ao funcionalismo que impunha a sua medida sobre o mundo. Nesse âmbito, no ideário dos situacionistas seria capaz de elucidar a dissonância entre a função específica de uma determinada área da cidade e o desejo da sociedade em relação à mesma. Em uma leitura mais assertiva, a psicogeografia foi classificada por Jacques (2003, p. 39) como “um estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos.”. Em outras palavras, a psicogeografia poderia ser lida como uma forma de interpretar a cidade e sua paisagem urbana, por meio dos sentimentos das pessoas.

A psicografia possui ferramentas variadas que podem ser aplicadas e ordenadas de forma sequencial, ou de acordo com o exigido por cada forma de interpretação da cidade e ou da paisagem urbana. No entanto, para Khatib (1958), a primeira ferramenta é a deriva, sendo um modo de ação ligado à teoria do urbanismo unitário¹ e considerada por Debord (1957) como a principal técnica de investigação da psicogeografia. Nessa dimensão as outras ferramentas são entendidas como:

[...] leitura de fotos aéreas e de mapas, o estudo de estatísticas, de gráficos ou de resultados de pesquisas sociológicas, são teóricos e não possuem esse lado ativo e direto que pertence à deriva experimental. No entanto, é graças a eles que podemos ter a primeira representação do meio a estudar. E o resultado desse estudo pode, em retorno, modificar essas representações cartográficas e intelectuais no sentido de uma maior complexidade, de um enriquecimento. (KHATIB, 1958, p.79).

Essa relação intrínseca entre psicogeografia e deriva proporciona diversos modos e processos de

investigação da cidade, seja ele por intermédio de memórias, relatos, cartografias, fotografias, vídeos, entre tantos outros, desde que possuam o propósito de trazer à luz aspectos até então escondidos por detrás do chamado espetáculo urbano. Sendo assim, enquanto a deriva é um instrumento de produção de dados, a psicogeografia é responsável por uma leitura fenomenológica da cidade. Ela implica, portanto, algo que vai além da percepção visual de uma paisagem urbana, requerendo a sua vivência em um espaço pensado como a potência universal de suas conexões, como nos ensinava Merleau-Ponty (1999).

Entretanto, a deriva aplicada à psicogeografia requer o envolvimento de um número maior de indivíduos que percorram os lugares e as diversas espacialidades da cidade, para obter o resultado almejado mediante a experiência urbana. E, nesse caso, considerando as problemáticas que a pandemia do COVID-19 impôs à realização desse caminhar coletivo, além de uma necessária suplantação desse dispositivo de desestruturação do rigor da cidade moderna, o caminhar como uma prática estética descrito por Careri (2013) pode ser a sua forma de atualização.

Importante ressaltar que já não podemos mais sair à deriva como faziam os artistas situacionistas parisienses, porque aquela cidade da década de 1960 não existe mais. E, simplesmente deambular pelas cidades históricas ou áreas afastadas, já não faz mais, também, o mesmo sentido, especialmente, se levarmos em conta o ponto de vista defendido por Martínez (2022). Carecemos de uma postura que possa revelar um novo senso crítico sobre a cidade que se esboça; esta que não podemos mais seguir aceitando se seguirmos apenas deambulando.

De qualquer modo, acreditamos que seja preciso reconstruir um léxico de reflexão para o caminhar nas conformações urbanas contemporâneas. E, ainda que esse trabalho aluda à palavra metodologia, nossa ideia aqui consiste em refutar o sentido de método tradicional (FEYERABEND, 1977), para inventar novas possibilidades de vivenciar criticamente a cidade, depois da quarentena de quase dois anos. Assim, é certo dizer que uma construção mais combativa de leitura, interpretação e, principalmente, de reação ainda nos falta. Entretanto, a cidade contemporânea não pode mais ser compreendida de forma cartesiana, ou da maneira espetacular que se desenha. O sentido de apreensão dos novos espaços deve ser agora realizado por uma outra lógica.

Hoje a cidade é cheia de ambiguidades, cheios e vazios se sobrepõem e mudam constantemente, com maior ou menor grau de nomadismo. Para além do visual da paisagem urbana, ou da cidade-espetáculo (aquela criada para um grande evento, ou a maquiada pelo poder público para vender uma imagem do que não é), a proposta de caminhar pelos espaços mais mundanos pode ser uma alternativa para uma leitura multidirecional da cidade: entre lugares extremamente degradados, ou relativamente belos aos olhos da percepção de determinado observador, constituídos de diferentes densidades que a experiência do ser e estar no lugar (um habitar) nos permite, seja ela: cultural, artística, política ou crítica.

Contra uma leitura e interpretação ortodoxas, a produção de uma cartografia vai suscitar o acompanhamento dos processos para produção de subjetividades territoriais, para além das articulações de causa e efeito; a cartografia sustenta um pensamento

sem pré-conceitos, onde todas as aferições são possibilidades dentro de um território. (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2015). Pode ser uma maneira de revelar as novas conformações urbanas cheias de sobressaltos, idas e vindas na cidade. Uma metodologia que refuta a linearidade do método, ou seja, admite o desvio, a curva e os entremeios de todo o processo de leitura e interpretação. Essa outra abordagem de inteligência, apoiada na prática do caminhar, pode ser capaz de revelar os espaços lisos e estriados descritos por Deleuze e Guattari (1997), diante de uma investigação urbana.

A deriva e o caminhar como prática

A Internacional Situacionista², no final da década de 1950, reconhece a cidade como um meio estético-político, rompendo a fronteira entre arte e a sociedade. Ela cria situações, que de acordo com Jacques (2011), proporcionam momentos de vida construídos de forma intencional dentro do jogo dos porvires e, nesse contexto, a deriva faz parte desse jogo; assim como o desvio.

Nesse cenário, não existe uma arte propriamente situacional, mas, furtivamente, o uso situacionista da arte pela aplicação de instrumentos e propostas que possuem em seu cerne a lógica anticapitalista, tanto no âmbito da comunicação quanto no contexto urbano (PERNIOLA, 2009). Aqui, concentraremos nossa atenção na deriva, até os conceitos desenvolvidos pela prática do caminhar estético de Francesco Careri (2013) e sua experiência lúdico-constructiva.

A Deriva urbana, principal instrumento situacionista, investiga o conceito de psicogeografia, ou os efeitos que a geografia do espaço exerce sobre o psicológico de um indivíduo (DEBORD, 1957). Para os situacionistas,

a deriva era uma ferramenta que agia na contramão do urbanismo funcionalista que separava funções. Por meio da deriva, novas possibilidades de vivenciar a cidade eram propostas e a luta contra a cidade espetáculo era o seu objetivo primeiro.

A ideologia situacionista seguia uma ideia de que uma cidade é feita por contatos e a partir de afetos, que Debord (1957) nomeava como relevo psicogeográfico; fenômeno decorrente dos deslocamentos urbanos e das ações e reações humanas. Ou seja, uma cidade construída a partir dos usos de seus habitantes e não por forças externas, alheias aos acontecimentos locais. A partir desse contexto, Careri (2013) desenvolve a sua experiência de deriva e propõe um estudo etnográfico, através dos percursos erráticos e nômades, do caminhar como prática estética, até chegar a propor a transurbância, ou seja, uma estratégia de driblar a ideia de passeio, visita ou recorrido, como forma de atravessar a cidade contemporânea com seus cheios e vazios, justaposta por fragmentos, indo na direção das suas margens.

O caminhar possui raízes antigas e, segundo o próprio Careri (2013), a história da humanidade se constrói pelo caminhar, nos percursos e referências deixadas pelos homens, por meio dos seus menires³. O autor traça uma genealogia do caminhar em seu livro *Walkscapes: o caminhar como prática estética* (2013), que remete aos antigos textos bíblicos e segue um extenso percurso até alcançar os movimentos vanguardistas do século XX, até chegar ao momento presente. Constrói um sentido que dá relevo ao nomadismo libertário como um contraponto ao sedentarismo que constrói muros e barreiras.

Entendemos que a essência do sedentário é a procura pela segurança de um território conhecido para tornar-se fixo. O sedentarismo foi o responsável pelo estriamento do território. Ao avesso do nômade, que produz afetividades, mas não a estabilidade demarcada na terra. O nômade é o ocupante do espaço intermediário e liso, que emerge entre as lacunas das zonas estriadas. Nesse propósito, uma investigação urbana nômade se processa pelo caminho, justamente pelos entremeios da dúvida, pondo à prova os espaços que foram colonizados pela certeza. Uma experiência que admite desvios, justamente porque é ancorada no real (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Détournement, termo francês que, em tradução livre, significa desvio; um desvio situacionista com um simples objetivo: romper as regras tradicionais da arte por meio da expressão política. Mas como? Através da apropriação de elementos existentes para subverter seus significados e propósitos originais, uma (re) contextualização das preexistências para fins político-sociais. Conforme Debord e Wolman (1956), o desvio é uma resposta à necessidade de uma nova relação entre produção e prática em uma sociedade.

Se o desvio fosse estendido às realizações urbanísticas, poucos ficariam insensíveis à reconstrução exata de toda uma vizinhança de uma cidade em outra. A vida é sempre um labirinto: desviá-la dessa maneira a tornaria verdadeiramente bela. (DEBORD; WOLMAN, 1956, p.5).

Existem muitos lados de uma única cidade: túneis, pontes, morros, muros, ruas, vielas e muitos outros caminhos a serem encontrados. Assim, nosso trajeto no território pode ser lido como um desvio daqueles que estão dispostos a inventar suas próprias regras para reconhecer a cidade

e, assim, encontrar sua própria direção. O que talvez possa relevar o que Deleuze e Guattari (1997) definem como espaço liso ou nômade, ou seja: uma espacialidade caracterizada pela variação contínua, resultante de trajetos que são continuamente refeitos.

Nesse entendimento, a prática do caminhar pode ser um meio de cortar os caminhos pré-estabelecidos pelas regras da cidade estriada, por meio do movimento dos nossos corpos. A sua função político-social deve ser capaz de inspirar movimentos contra um estado de inércia e abrir espaço para que um olhar estrangeiro possa ser desnudado na cidade para um encontro com o Outro. Um caminho singularizado de uma forma escrita e/ou fotografada, que possa trazer à luz uma percepção para a mudança (FIORIN 2020).

A cartografia e a caminhada

O uso da cartografia é fundamental desde o nascimento do conceito da territorialidade, dado o seu grau de eficiência enquanto instrumento de localização, mediação e representação de localidades. Rolnik (2011) a classifica como a forma de “representação estática de um todo”, que acompanha e se produz ao mesmo passo que a paisagem é transformada. Para a autora, o cartógrafo é, basicamente, um antropólogo que investiga todos os aspectos do relevo para construir um inventário. Porém, na cartografia aqui proposta, essa disposição ganha também um outro sentido, o cartógrafo é agente ativo da paisagem. Quando levada a campo como instrumento de produção para o estudo da subjetividade, a cartografia proporciona o distanciamento das regras do modo padrão de produzir e cria a liberdade para

atingir um caminho sem um fim delimitado, onde toda produção será diferente, mesmo quando um percurso igual for traçado.

Barros e Kastrup (2009) apresentam o objetivo de cartografia como a busca pelas conectividades do objeto com a sua permanência histórica, uma expressão da vivência e das trocas que ocorrem durante o caminhar. Seguir por esse caminho requer fontes de produção de dados variadas, não depende da percepção unicamente dada pelo visual da paisagem urbana ou da teoria conceitual do espaço, sua legibilidade pode ser marcada por manifestações culturais, sensoriais, entre muitas outras.

A cartografia afetiva suplanta a apresentada nos mapas oficiais, pois estes carregam informações sobre as localidades físico-territoriais e não suportam as reverberações mais sensíveis das cidades. Muito além da representação dos aspectos físicos, a cartografia afetiva busca investigar as sensações e as singularidades de cada percurso, sobrepondo informações para registrar a multiplicidade dos sentidos em conexão com o espaço, agora representado, muitas vezes, de forma lúdica para a compreensão mais acurada das inquietudes do lugar, da paisagem e da memória.

O que fazemos quando somos atraídos por algo que obriga o pouso da atenção e exige a reconfiguração do território da observação? Se perguntamos "o que é isto?" saímos da suspensão e retornamos ao regime da reconhecimento. A atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um "vamos ver o que está acontecendo", pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto. (KASTRUP, 2009, p. 44).

Cartografar é acompanhar processos envoltos em um misto de práticas, atitudes, memórias e valores capazes de reproduzir a realidade vivida, que, muitas

vezes, não nos pertence, já que estamos no território dos outros. Essa experiência desdobra significados em uma constante territorialização de pensamentos potencializados pela reconfiguração do corpo. Sendo assim, a produção de uma cartografia de afetividades depende do habitar o lugar, de nos tornarmos observadores participantes da existencialidade do local, de estarmos dispostos a promover a mudança e, principalmente, permitir a mudança em nós mesmos, por meio de uma experiência etnográfica.

Os escritos de Heidegger (1954) classificam o habitar como uma proposição além do limiar da habitação. Assim, ele se expande para outros espaços construídos como forma de pertencimento. Portanto o habitar pode ser traduzido na configuração de uma casa, de um bairro e, principalmente, de uma cidade. Porém, nem todas as construções foram ou são habitações, mas, elas podem acontecer espontaneamente: o baixio de um viaduto, a gare de uma estação e, até mesmo, os vagões abandonados nos antigos leitos férreos. Todos esses lugares não possuem o intuito original ou ideal de habitação. Deste modo, o uso transforma a cidade e o seu usuário (FERRARA, 2016). Aquele que habita transforma-se em “criador de lugares”, dando outro sentido e pertencimento a essas construções mais mundanas que, agora, assumem uma forma de abrigo temporário, como cartografamos em nossa caminhada pelo avesso da cidade. (RODRIGUES, 2022).

Nesse sentido, a cartografia é o caminho metodológico que agasalha a nossa caminhada, que nos serve para desvendar as outras cidades existentes por entre-lugares que habitamos em uma investigação

urbana. Um trajeto que acolhe a experiência vivida do espaço, de um ponto de vista fenomenológico e da percepção ambiental como redescobrimto dos signos e linguagens próprias presentes no dentro e fora das nossas conformações urbanas contemporâneas. Procuramos cartografar esses espaços de um modo singular, por meio da vivência e da experimentação de uma zona desconhecida, onde muitas leituras serão possíveis e passíveis de estranhamentos. Um processo que sempre nos obriga a forçar os limites dos procedimentos metodológicos (PASSOS; BARROS, 2015).

Até onde podemos chegar?

Considerações

Não só habitamos construções e lugares, habitamos também os espaços que são criados através das relações que estabelecemos com os outros, habitamos nossos pensamentos, medos, ambições e aspirações. Habitar é a nossa forma de estar presente no mundo e é a partir do habitar que construímos tudo aquilo que nos cerca. Essa dinâmica produz novos signos na cidade, que podem ser lidos pela percepção ambiental, na medida em que proporcionam uma reinvenção das cidades e aderência de novos valores.

Nesse sentido, uma investigação urbana deve suscitar, fundamentalmente, um habitar o lugar que queremos estudar. A partir dessa ideia, acreditamos que a prática do caminhar e cartografar possibilita um reencontro com as afetividades, reconstruindo por meio da investigação experimental os sentidos de urbanidade. Ao atravessarmos os lugares, trocamos experiências

com seus habitantes, as quais podem alterar as formas como enxergamos os lugares deteriorados na cidade e, ao mesmo tempo, como os Outros nos veem como planejadores urbanos. Nesse trajeto, nos munimos de maior ou menor grau de informação, na busca pelos meios de como podemos proceder, junto com os Outros, para algum tipo de mudança no quadro crítico que se esboça nas áreas mais mundanas, ou nos grandes centros urbanos. Nesse processo, de idas e vindas, somos sempre aprendizes.

Notas

- ¹ O Urbanismo Unitário foi o ponto culminante da formação da Internacional Situacionista dando início a uma nova organização social, na qual a cidade e o modo de viver da população foram pontos centrais na transformação da vida e realização da arte na cidade. Para uma ampla revisão sobre o assunto, cf. JACQUES, 2003.
- ² Internacional Situacionista foi um movimento internacional de cunho político e artístico, com atividades de 1957 até o início da década de 1970. A principal tratativa do movimento era dar visibilidade a cidade, propondo uma nova forma de apropriação e percepção da arquitetura, do urbanismo e da arte, segundo a perspectiva da vida cotidiana para desenvolver afetividades. Em outras palavras: trazer a cidade para a cidade. Para uma ampla revisão sobre o assunto, cf. INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2012.
- ³ Os menires são monólitos implantados verticalmente no solo, dispostos de forma individual ou coletiva, que acompanham o homem no processo da transformação física da paisagem. Tais estruturas megalíticas, quase sempre, estão ligadas a ritos sagrados, a observação da astrologia ou a demarcação territorial. Para uma ampla revisão sobre o assunto, cf. OLIVEIRA, 2016, p. 49-57.

Referências

- BARBOSA, Ricardo. **Limites do Belo – Escritos Sobre A Estética de Friedrich Schiller**. São Paulo: Relicário, 2015.
- BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade** (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina, 2015.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: G. Gili, 2013.
- COVERLEY, Merlin. **A arte do caminhar: o escritor como caminhante**. Tradução Cristina Cupertino. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- CULLEN, Gordon. (1983). **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DEBORD, Guy. (1957) **Report on the Construction of Situations and on the International Situationist Tendency's Conditions of Organization and Action**. Cosio d'Arroscia. Disponível em: <http://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>. Acesso em 18/05/2022.
- DEBORD, Guy; WOLMAN, Gil J. **Um guia prático para o desvio**. Les Lèvres Nues, n.8, Bélgica, 1956.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, v. 5**. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os Significados Urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FIORIN, Evandro. **Caminhar como estrangeiro em terras de descobrimentos: Processos de percepção da arquitetura e urbanismo contemporâneos**. [recurso eletrônico] Tupã: ANAP, 2020.
- GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A História da Arte**. São Paulo: LTC, 2015.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Curso de Estética – O Belo na Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA - IS. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2002.
- JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da Deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução Valério Rohden e Antônio Marques (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- KHATIB, A. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris, 1958. In: JACQUES, P. B. (org.). **Apologia da Deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 79-84.
- MARTÍNEZ, Lourdes. Recorriendo la ciudad amnésica. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], v. 20, p. 69-78, 2022. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2022.200064. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/200064>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. São Paulo: Loyola, 2016.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **História e teoria da arquitetura, urbanismo e paisagismo I**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia.; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERNIOLA, Mário. **Os Situacionistas: O movimento que profetizou a “Sociedade do Espetáculo”**. Tradução Juliana Cutolo Torres (1ª ed.). São Paulo: Annablume, 2009.

RODRIGUES, Laís da Silva. **Uma caminhada pela Estrada de Ferro Araraquarense**. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Bauru (UNESP) – Bauru, 2022. 103 p.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

RICHTER, Hans Georg. **Dadá: arte e antiarte**. Tradução: Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 1993.